

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.126 - PR (2016/0120985-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : AMBAR DLI DISTRIBUICAO E LOGISTICA INTEGRADA  
LTDA.  
**ADVOGADO** : IVAN LAPOLLI FILHO E OUTRO(S) - PR014919

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 156):

*PENA DE PERDIMENTO DE MERCADORIAS. PERMANÊNCIA EM RECINTO ALFANDEGADO. ABANDONO. NÃO CONFIGURAÇÃO. DEMURRAGE. PORTARIA SRF 121/2011.*

*1. O mero decurso do prazo de permanência das mercadorias em recinto alfandegado é insuficiente para caracterização do seu abandono, sendo imprescindível a omissão do interessado, reveladora do animus de renúncia quanto aos bens.*

*2. A Portaria SRF n. 121, de 2011, ultrapassou o poder regulamentar previsto no art. 20 da Lei n. 9.779, de 1999, ao exigir, além do pagamento das despesas decorrentes da permanência da mercadoria em recinto alfandegado, os pedidos de início e retomada de despacho de importação de mercadorias abandonadas sejam instruídos com os comprovantes de pagamento das despesas da sobreestadia (demurrage) dos contêineres em que a carga se encontra unitizada.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 177/179).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 642, I, "a", 643, p. único, 689, do Regulamento Aduaneiro; 23, II, III, § 1º, do Decreto-lei 1.042/76; 23 do Decreto-lei 1.455/76; ; 18 e 20 da Lei 9.779/99; 24 da Lei 9.611/98; 17, § 1º, II, do Decreto 6.759/2009. Sustenta, em resumo, que: (I) o Tribunal de origem, apesar dos aclaratórios opostos pelo ora recorrente, omitiu-se na " *análise do disposto no art. 642, I, "a" e 643, § único, e 689 do Regulamento Aduaneiro, no art. 23, II e III e § 1º, do Decreto-lei nº 1.042/76, no art. 23 do Decreto-lei nº 1.455/76, no art. 18 da Lei nº 9.779/1999, nos arts. 18 e 20 da Lei n. 9.779/99, no art. 24 da Lei n. 9.611/98, no art.*

17, § 1º, II, do Decreto n. 6.759/2009 (com a redação dada pelo Decreto n. 7.213/2010)" (fl. 189); (II) Violação dos referidos artigos pelo acórdão recorrido "ao consagrar o afastamento da pena de perdimento com relação à LI referida nos autos, permitindo o registro da declaração de importação mediante o pagamento dos tributos, juros, multas e das despesas decorrentes da permanência das mercadorias em recinto alfandegário, excluído o valor da demurrage (ou sobrestadia) como condição para início e retomada do despacho aduaneiro em caso de abandono de mercadoria, conforme definido na Portaria nº 121/2011 da Alfândega de Paranaguá" (fls. 190/191); (III) " no caso em exame, o demandante, não promoveu o devido pagamento das despesas decorrentes da permanência da mercadoria em recinto alfandegado (no caso, a sobrestadia/demurrage) e, assim, não realizou o registro da DI, pelo que restou caracterizado o abandono da mercadoria constante do recinto alfandegado, do que resulta a lavratura de auto de infração e aplicação da pena de perdimento das mercadoria abandonadas" (fls. 191/192).

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 229/232, pelo não conhecimento do recurso.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

De início, ressalte-se ser deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. IRREVERSIBILIDADE E SATISFAÇÃO DA MEDIDA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.*

*1. Considera-se genérica a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC consubstanciada na afirmação de que não foram analisados determinados dispositivos de Lei, uma vez que esta é incapaz de individualizar a omissão ocorrida no acórdão recorrido, bem como tornar clara sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.*

*[...]*

*Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no REsp 1318004/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2013, DJe 2/4/2013)**

Nesse mesmo sentido são os seguintes precedentes: **AgRg no REsp 1.084.998/SC**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/3/2010; **AgRg no REsp 702.802/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma DJe 19/11/2009, e **REsp 972.559/RS**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/3/2009.

Por outro lado, a fundamentação deficiente do apelo, no tocante à negativa de prestação jurisdicional declaratória, não permite, por consequência e **per saltum**, ingressar no exame da tese veiculada no especial apelo relativa à apontada afronta aos arts. 643, p. único, do Regulamento Aduaneiro; 23, II, III, § 1º, do Decreto-lei 1.042/76; 24 da Lei 9.611/98; 17, §1º, II, do Decreto 6.759/2009, porquanto remanesce ausente o indispensável prequestionamento (Súmula 211/STJ).

Com relação aos arts. 18 e 20 da Lei n. 9.779/1999, a despeito de a recorrente ter apontado ofensa a tais dispositivos legais, observa-se que, no caso, o tema central da controvérsia é a ilegalidade da Portaria 121/2011 da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá, em razão da extrapolação do poder regulamentar conferido pelo art. 20 da Lei. 9.779/1999, ao prever que os pedidos de início e retomada de despacho de importação de mercadorias abandonadas deverão vir instruídos com os comprovantes do pagamento das despesas decorrentes da permanência da mercadoria em recinto alfandegado e das despesas da sobreestadia (demurrage) dos contêineres em que a carga se encontra unitizada, exigência não prevista na Lei, tampouco no Regulamento Aduaneiro.

Com efeito, a verificação da alegada ofensa aos dispositivos de lei

mencionados seria efetuada com o viés na suposta ilegalidade da referida portaria, a qual não é passível de análise em sede de recurso especial, pois não se encontra inserida no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, inciso III, da Carta Magna. Nesse sentido:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANTT. FISCALIZAÇÃO. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS. LEI 10.233/2001. RESOLUÇÃO ANTT 3.056/2009. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE RESOLUÇÃO. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*I. Agravo interno interposto contra decisão monocrática publicada em 03/08/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.*

*II. Na origem, trata-se de Ação Ordinária, ajuizada pela parte agravante contra a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, objetivando o reconhecimento da nulidade do Auto de Infração 2429664, bem como das penalidades aplicadas no âmbito do processo administrativo 50520.132201/2013-05, em face da não observância das disposições previstas na Resolução ANTT 3.056/2009, pela "conduta de 'evadir, obstruir ou de qualquer forma, dificultar a fiscalização', em 04-10-2013, às 13:34h, à BR 392, Km 48, em Rio Grande/RS", assim como pela desobediência da "sinalização para adentrar à área de fiscalização". O acórdão do Tribunal de origem reformou a sentença para julgar improcedente o pedido inicial.*

*III. No caso, não obstante a apontada violação a dispositivos de lei federal, a controvérsia foi dirimida, pelo Tribunal de origem, a partir da análise da Resolução ANTT 3.056/2009 - diploma normativo que não se insere no conceito de lei federal -, fugindo, assim, da hipótese constitucional de cabimento do Recurso Especial.*

*IV. Na forma da jurisprudência, "a via especial é inadequada para análise de Portarias, Resoluções, Regimentos, ou qualquer outro tipo de norma que não se enquadre no conceito de Lei Federal" (STJ, AgInt no AREsp 801.104/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/10/2016).*

V. *Descabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea a do permissivo constitucional, servem de justificativa quanto à sua alínea c.*

VI. *Agravo interno improvido.*

(**AgInt no AREsp 1.066.294/RS**, Rel. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/03/2018)

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. INSURGÊNCIA RECURSAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PORTARIA. ACÓRDÃO FUNDADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

1. *Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.*

2. *Embora o recorrente tenha apontado violação aos arts. 4º, § 2º, da Lei 9.933/99 e 1º da Lei Complementar 123/2006, verifica-se que o tema central da ação ajuizada pela parte recorrente é a declaração de invalidade da Portaria 371/2009 do INMETRO, de modo que a verificação da alegada ofensa aos dispositivos de lei mencionados seria efetuada com o viés na suposta ilegalidade da referida portaria, ato normativo que não se enquadra no conceito de lei federal.*

3. *O Tribunal de origem concluiu não haver prova de que houve indevida delegação de certificação, ancorando-se no substrato fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo interno desprovido.*

(**AgInt no REsp 1.533.635/RS**, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 09/11/2016)

No mais, sobre a controvérsia dos autos, esta Corte possui o entendimento de que, para que seja decretada a pena de perdimento de bens, nos termos do art. 23 do Decreto-Lei 1.455/1976, não basta o transcurso do prazo de 90 dias sem o desembaraço do bem, sendo necessária a comprovação da intenção do agente. Nesse sentido, confirmam-se:

**TRIBUTÁRIO. DESEMPAÇO ADUANEIRO. MERCADORIA. PENA DE PERDIMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ÂNIMO DE ABANDONAR. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.**

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, para que seja decretada a pena de perdimento de bens, prevista no art. 23 do Decreto-Lei 1.455/76, faz-se necessária a comprovação da intenção do agente. O mero transcurso do prazo de 90 (noventa) dias sem que tenha havido o respectivo desembaraço da mercadoria não enseja, por si só, a aplicação da referida pena.

2. Hipótese em que o juízo de primeira instância entendeu que não há comprovação da vontade de abandonar a mercadoria. Todavia, o Tribunal de origem, reformando a sentença, expressamente consignou que está presente o animus de abandono. Desse modo, rever tal premissa e restabelecer a sentença requer, necessariamente, o reexame de fatos e provas, o que é vedado ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, por esbarrar sob o óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido

(AgRg no REsp. 1.450.047/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.10.2015).

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ADUANEIRO. INCORRETO ENQUADRAMENTO DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ E DE DANO AO ERÁRIO. PENA DE PERDIMENTO AFASTADA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 83/STJ E 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. O acórdão proferido pela Corte de origem afastou a pena de perdimento das mercadorias apreendidas, por entender ter ficado caracterizada a boa-fé do contribuinte, bem como por não ter havido qualquer dano ao Erário.

2. É de se reconhecer a incidência, na hipótese, da Súmula 83 do STJ, pois o Tribunal a quo decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte.

3. Uma eventual reforma do acórdão regional demandaria reexame fático-probatório, inviável nos termos da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido

(AgInt no AREsp. 871.882/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 16.6.2016).

Com efeito, o Tribunal de origem, ao afastar a pena de perdimento, entendeu que não ficou configurado o abandono, conforme se verifica nos seguintes trechos (fls. 152/153):

*Pelo que se vê dos autos, a Receita Federal, em 05-11-2013, lavrou o Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0917800/49807/13 - 10907-722-111/2013-43 (evento 1, EXTR4 a EXTR7) para fins de aplicação da pena de perdimento de mercadorias importadas pela impetrante (tubos de aço), a pretexto de abandono.*

*A impetrante, contudo, assevera ter demonstrado interesse na nacionalização da carga, não tendo dado prosseguimento ao despacho aduaneiro em razão da exigência de pagamento de demurrage (sobrestadia dos contêineres), previsto na Portaria ALF/Paranaguá 121/2011.*

*Acerca do abandono, assim estabelece o art. 642, inc. I, alínea 'a', do Decreto 6.759, de 2009, in verbis:*

*DO ABANDONO DE MERCADORIA OU DE VEÍCULO*

*Art. 642. Considera-se abandonada a mercadoria que permanecer em recinto alfandegado sem que o seu despacho de importação seja iniciado no decurso dos seguintes prazos (Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 23, incisos II e III):*

*I - noventa dias:*

*a) da sua descarga; e*

*(...)*

*Configurando-se o abandono, o art. 689, inc. XXI, do Decreto nº 6.759, de 2009, autoriza a aplicação da pena de perdimento. Confira-se:*

*Art. 689. Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria nas seguintes hipóteses, por configurarem dano ao Erário (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 105; e Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 23, caput e § 1º, este com a redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002, art. 59):*

*(...)*

*XXI - importada e que for considerada abandonada pelo decurso do prazo de permanência em recinto alfandegado, nas hipóteses referidas no art. 642; e*

*(...)*

*O mero decurso do prazo, no entanto, é insuficiente para caracterização do abandono da mercadoria, sendo imprescindível a omissão do interessado, reveladora do animus*

*de renúncia quanto ao bem.*

*[...]*

*O Superior Tribunal de Justiça também adota o entendimento de que a intenção de abandonar as mercadorias é necessária para configuração do abandono:*

*[...]*

*No caso dos autos, muito embora as mercadorias tenham permanecido em recinto alfandegado por mais de 90 dias, sem o início do respectivo despacho aduaneiro, é evidente que a impetrante não possuía o intuito de abandonar as mercadorias. O desembaraço aduaneiro da carga não ocorreu em razão da exigência de pagamento das despesas com sobreestadia, condição essa indevida para fins de desembaraço aduaneiro.*

*Os arts. 18 e 20 da Lei nº 9.779, de 1999, assim estabelecem:*

*Art. 18. O importador, antes de aplicada a pena de perdimento da mercadoria na hipótese a que se refere o inciso II do art. 23 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976, poderá iniciar o respectivo despacho aduaneiro, mediante o cumprimento das formalidades exigidas e o pagamento dos tributos incidentes na importação, acrescidos dos juros e da multa de que trata o art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e das despesas decorrentes da permanência da mercadoria em recinto alfandegado.*

*Art. 20. A SRF expedirá os atos necessários à aplicação do disposto nos arts. 18 e 19.*

*Como se vê, a Portaria SRF nº 121, de 2011, extrapolou do poder regulamentar, ao exigir, além do pagamento das despesas decorrentes da permanência da mercadoria em recinto alfandegado, que os pedidos de início e retomada de despacho de importação de mercadorias abandonadas sejam instruídos com os comprovantes de pagamento das despesas da sobreestadia (demurrage) dos contêineres em que a carga se encontra unitizada.*

*[...]*

*Agiu acertadamente, pois, o juiz da causa ao conceder o mandado de segurança, determinando à autoridade aduaneira que afaste a aplicação da pena de perdimento das mercadorias e não exija da impetrante o comprovante de pagamento do valor do demurrage.*

Nesse contexto, tendo a Corte Regional afastado a penalidade em comento



com base no exame das circunstâncias fáticas da causa, inviável é a modificação do acórdão recorrido, porquanto, para se infirmar suas conclusões, seria necessário novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

**ANTE O EXPOSTO,** não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator